



## ATA DE REUNIÃO

### 3ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

**PERÍODO:** 26 e 27 de outubro de 2005.

**LOCAL:** IBAMA/Sede - Brasília/DF.

A DIFAP/IBAMA promoveu a 3ª reunião do CGSL sob a coordenação da CGREP/DIFAP, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, Gerências Executivas do IBAMA dos Estados do Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, representantes da SEAP-PR e do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores - CNP, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos estados do Pará e AMAPÁ – SINPPA, Instituto TERRAMAR e alguns observadores, conforme lista de participantes. (Anexo I).

#### **I – ABERTURA.**

A reunião foi aberta pelo Coordenador do CGSL e Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, Rômulo Mello, que agradeceu a presença de todos. Continuando, fez menção sobre a situação calamitosa, face ao colapso da pesca da lagosta, apresentando como exemplo a comunidade de Icapuí/CE. Destacou que medidas urgentes devem ser tomadas para reverter esta situação no médio e longo prazo e clamou pelo apoio de todos para atingir este objetivo. Ponderou que a busca de recursos do RGP para a fiscalização é um caminho.

#### **II – APROVAÇÃO DA AGENDA.**

A Agenda de trabalho foi apresentada e aprovada e consta no Anexo II.

O representante SEAP-PR, Francisco Machado esclareceu que as iniciativas para o incentivo ao uso de petrechos permitidos foram suspensas com a prorrogação do uso da rede de caçoeira, fazendo-se desnecessário a existência do item 4 da agenda que trata do assunto.

Entretanto, o representante da DIFAP/CGREP e Coordenador Substituto do CGSL, José Dias Neto, que assumiu a coordenação da reunião, ponderou sobre a importância da permanência do item uma vez que continuam sendo utilizados petrechos não permitidos, como o compressor e a rede de caçoeira monofilamento. Complementando, o representante do MMA, Simão Marrul, acrescentou que este item deve tratar, ainda, do conjunto de ações existentes dentro do PROFROTA para incentivo à saída de esforço de pesca da lagosta.

#### **III – INFORMES E DELIBERAÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

##### **1– Comunicação da designação do secretário executivo**

Foi designada como Secretária Executiva do CGSL a Analista Ambiental, Jacinta de Fátima Oliveira Dias da DIFAP/CGREP/IBAMA, que brevemente será oficializada aos membros do CGSL. Foi ressaltado que

as demandas do CGSL e Subcomitês devem ser encaminhadas à Secretaria. O representante da DIFAP/CGREP, José Dias, lembrou que o processo de trabalho do CGSL deve ritualizado com os temas de pauta sendo encaminhados, previamente, ao Comitê e aos Subcomitês para posterior análise nas suas respectivas reuniões.

## **2 - Relato dos trabalhos dos Grupos de Gestão dos Estados.**

O relato sobre a situação da pesca da lagosta nos estados do Nordeste foi apresentado pelo representante das Gerencias Executivas no CGSL, Raimundo Bonfim Braga, da GEREX/CE e complementado pelos Gerentes Executivos dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte que estavam presentes na reunião.

Foi destacado pelo representante das Gerências Executivas que em função da drástica redução da disponibilidade de lagosta no estado do Ceará, houve uma migração da frota lagosteira que tem autonomia para pescar nos demais estados. Este deslocamento aconteceu mais cedo este ano e, especialmente, para os estados do Amapá, , Pará, Maranhão e Paraíba. Acrescentou que praticamente, 80% da frota de pequena escala do estado do Ceará está parada em função da baixa produtividade e que 20% dessa frota está “em cima do restinho” de lagosta miúda. Ressaltou, ainda, que nos estados em que a captura com o uso da rede de caçoeira está proibida, (AP, PA e MA) as embarcações do Ceará estão pescando com o uso do referido petrecho e a fiscalização está deixando a desejar.

O representante da GEREX/RN, Alvamar Costa, salientou que está sendo capturada bastante lagosta miúda e ponderou que está sem condições de fiscalizar pois, operou o ano sem veículos para executar as ações de fiscalização. Salientou que o grupo gestor foi criado e já aconteceu a primeira reunião. Disse que o forte da pesca no estado é com compressor e mergulho e que dos cerca de 1.000 barcos que operam no estado 70% são irregulares.

O representante da GEREX/PB, Erasmo Rocha Lucena, colocou que o barco da fiscalização estava sendo consertado. Salientou que recebe denúncias sobre barcos do Ceará e que os pescadores dizem que o IBAMA não faz nada. Acrescentou que alguns compressores foram presos e os políticos pediram a liberação. Entende que é preciso fazer um trabalho melhor de conscientização dos pescadores. Sugere que a educação ambiental seja mais utilizada para a formação de agentes ambientais. E, por último, disse que vai tentar criar o grupo de gestão do uso sustentável de lagostas no estado da Paraíba.

O representante da DIFAP/CGREP, José Dias, reforçou a importância da instalação dos grupos de gestão do uso sustentável de lagostas nos estados.

O representante das GEREX' s no CGSL, Raimundo Bonfim Braga, sugeriu que sejam adotadas medidas como, o incentivo da legalidade por meio do seguro defeso apenas para os pescadores embarcados em embarcações permissionadas, ao invés de cobrar a apresentação da permissão de pesca para capturar lagostas, quando da ação de fiscalização, pois pedir permissão não resolve o problema. Ressaltou, ainda, que o seguro defeso deve ser utilizado como instrumento de gestão e não como assistencialismo.

A representante do CONEPE/Indústria, Elisa Gradwohl, ressaltou que o seguro defeso devia ser seguro educação em que durante o período de defeso o pescador estudaria e sugeriu que sejam feitas campanhas educativas com a utilização de cartilhas.

O representante da CNP, Abraão Lincoln, acredita que o defeso é da lagosta e que não atinge só quem tem permissão de pesca. Portanto, as mulheres que participam das atividades de pesca também tem direito, não apenas os que trabalham nos barcos permissionados.

O representante da DIFAP/CGREP, José Dias, ressaltou que é obrigação legal do IBAMA cobrar a permissão de pesca para captura de lagostas das embarcações no desembarque ou quando estiverem saindo com petrechos de pesca, destacando que os portos pesqueiros já são conhecidos. No extremo, se apreende o barco. E fez constar em ata que será verificado a legalidade de estabelecer nas instruções normativas de ordenamento pesqueiro o pagamento do seguro defeso exclusivamente aos pescadores permissionados para aquela atividade.

### **3 - 1ª. Reunião do Subcomitê Científico de Lagostas:**

O representante do CEPENE/IBAMA e Coordenador do SCCL, Antônio Clerton de Paula Pontes, apresentou os resultados preliminares da 1ª Reunião do SCCL, cuja Ata e proposta de Regimento Interno, estão apresentadas no Anexo 2. Na apresentação foram destacados os seguintes tópicos:

- Nenhum país no mundo usa rede para pescar lagosta;
- Foram estabelecidos subgrupos de trabalho para atender as demandas do CGSL e para subsidiar a elaboração do Plano de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas. Entretanto, alguns apontamentos iniciais já foram anunciados:

- a. deve ser estabelecido um projeto piloto visando a gestão da pesca de lagostas, por área, cujo tipo de Unidade de Conservação – UC, deverá ser discutido com a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, mas que as restrições pesqueiras deverão ser estabelecidas em um plano de manejo aplicado a todos os usuários dos recursos, residentes, ou não, na comunidade local;

- b. não existe fundamentação científica para a unificação dos tamanhos mínimos, além do que existe, um impacto econômico face a redução do universo de exportações da lagosta cabo verde;

- c. a utilização da rede de caçoira aumentou o poder de pesca das embarcações e a pressão sobre o recurso lagosta; e,

- d. existe uma velada disputa entre a captura de peixes ornamentais e a pesca de lagostas sendo necessário seu monitoramento.

Os membros do SCCL ratificaram as propostas de gestão do uso de lagostas contidas nas diversas atas do GTT – Lagosta/2002 e defenderam a adoção de algumas das medidas de ordenamento propostas:

- a. desenvolvimento de estudos para o estabelecimento da gestão por áreas administrativas;
- b. uso de certificação de Guia de Origem da Lagosta (GOL);
- c. manutenção das medidas em vigor, dentre as quais: defeso, tamanho mínimo para as duas espécies, proteção dos criadouros e limitação da frota;
- d. retirada das embarcações não permissionadas;
- e. petrechos permitidos: armadilhas( covo ou manzuá e cangalha) e rede de caçoira multifilamento com tamanho mínimo de malha de 13 cm; e,
- f. incentivar a criação de grupos de gestão do uso sustentável de lagostas estaduais

O aumento do período de defeso visando a redução do esforço de pesca não é defendida pelo subcomite científico uma vez que, esta medida é indireta e existem medidas diretas de maior eficácia como a retirada de embarcações.



Por fim destacou que dentro do Regimento Interno do SCCL, as demandas ao Subcomitê deverão ser encaminhadas pelo CGSL.

Feita a explanação, a palavra foi aberta à plenária. O representante do TERRAMAR, Jefferson de Souza, solicitou que os pareceres do SCCL contivessem 4 elementos básicos para avaliação da sustentabilidade: implicações sociais, econômicas, ecológicas e políticas.

O Coordenador do SCCL, Antônio Clerton, ponderou que estas análises deverão ser feitas no âmbito da elaboração do Plano de Gestão, principalmente por existirem interações entre as medidas. E complementou que não há uma mobilização do setor para a valorização da permissão de pesca.

#### **4 - Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas – DIPRO.**

O representante da CGFIS/DIPRO, Arty Coelho, apresentou as linhas gerais do plano de ação de fiscalização de abrangência nacional, cujos recursos orçamentários estimados são da ordem de 2 milhões de reais por ano e cujas propostas de ações são:

- fiscalização nas empresas processadoras;
- fiscalização nos portos e aeroportos;
- fiscalização nas empresas de distribuição interna (atacadistas e varejistas); e,
- fiscalização da atividade pesqueira (operações marítimas).

Os membros do CGSL acrescentaram os seguintes itens a serem trabalhados no Plano de Fiscalização da Pesca de Lagostas:

- vistoria dos *containers* antes da exportação em ações conjuntas com MAPA e PF;
- aplicação das sanções sobre o armador e os pescadores embarcados;
- aumentar as parcerias, incluindo os convênios com a Marinha;
- vistoria permanente nos principais portos exportadores e esporádica nos eventuais;
- vistoria dos estoques declarados pelas empresas no início de defeso;
- capacitação de agentes voluntários;
- apreensão de toda a carga, não apenas o material irregular; e,
- solicitação da permissão de pesca de todo barco abordado.

O tópico foi encerrado estabelecendo que no prazo de 30 dias será apresentada uma pré-proposta do plano a ser encaminhada aos demais membros para apreciação e aprovação na próxima reunião do CGSL. Ficou acordado, ainda, que a DIFAP designará um representante para auxiliar a DIPRO na elaboração do documento.

O representante da DIFAP/CGREP José Dias Neto, lembrou que como já definido em reuniões específicas, é da maior importância que o Plano tenha foco nas seguintes medidas: permissão do barco para captura de lagostas, tamanhos mínimos de captura, período de defeso e petrechos permitidos. Colocou que o Plano será um instrumento importante para o Subcomitê de Cumprimento.

#### **5 - Capacitação dos órgãos parceiros para fiscalização - DIPRO/DIFAP.**

Quanto a este item, o representante da CGFIS/DIPRO informou que existe restrição à capacitação de parceiros para a fiscalização, uma vez que a atividade fiscalizatória é competência do estado, não podendo ser repassada a outras entidades. Salientou que pode ser feita apenas a capacitação de agentes ambientais voluntários cujo papel se limita em apontar as irregularidades.

#### **6 - Controle e monitoramento da frota – DIFAP/DIPRO e SEAP/PR.**

O representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha Neto, informou que são cinco as ações de monitoramento da frota:

1. levantamento da frota permissionada – estimada em 1.300 embarcações;
2. mapa de bordo – IN/SEAP/PR e MMA N° 26/2005;
3. observador de bordo – Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR e MMA, em consulta pública e deverá ser publicada até o final do ano;
4. rastreamento por satélite – Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR e MMA, em consulta pública e deverá ser publicada até o final do ano; e
5. controle de desembarque.

A representante da CGFIS/DIPRO, Cláudia Zagaglia, complementou detalhando a concepção da IN que estabelece os critérios e regulamenta a atividade do observador de bordo e institui o Programa Nacional de Observador de Bordo - PROBORDO. A minuta da referida IN está no site da SEAP/PR para consulta pública até 30 de outubro de 2005. Quanto ao rastreamento por satélite, esta IN prevê a regulamentação da atividade, inclusive o papel do IBAMA/MMA, Marinha e SEAP/PR, sendo que o gerenciamento do sistema ficará a cargo da Marinha.

Os representantes do setor produtivo questionaram as medidas de monitoramento propostas, principalmente, por que são restritas aos barcos maiores e oneram exclusivamente os pescadores e armadores legais. Defenderam, ainda, a necessidade de que seja dado um prazo para adoção das medidas propostas.

Os representantes do setor produtivo colocaram, ainda, outras questões sobre o monitoramento para serem pensadas:

1. Mapa de Bordo: nem todos os comandantes estão aptos a preencher de forma eficaz;
2. dificuldade de colocar um observador de bordo em um barco de madeira, pequeno, sem beliches para recebê-lo (99 % da frota lagosteira); e,
3. rastreamento por satélite: não atinge a frota lagosteira.

O representante da DIFAP/CGREP, José Dias e o representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha, ponderaram que as Instruções Normativas consideram as condições das embarcações para atendimento das medidas, destacaram que estas propostas estão em consulta pública no site da SEAP/PR para avaliação e críticas e que existe uma integração e complementação entre as medidas.

A representante da CGFIS/DIPRO, Cláudia Zagaglia, enfatizou que o rastreamento facilitará a ação de fiscalização, pois quem não tem rastreador estará ilegal e passível da fiscalização. Informou, também, que haverá o monitoramento do óleo subsidiado.

O representante do MMA, Simão Marrul, ressaltou que o subsídio ao óleo diesel tem que ser discutido juntamente com outras medidas econômicas de gestão do uso dos recursos pesqueiros.

O representante do TERRAMAR, Jefferson de Souza, salientou que os instrumentos como óleo diesel e seguro defeso viraram assistencialismo e que parte do subsídio ao diesel deveria ser realocada para a gestão do uso do recurso lagosta.

O representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha, informou que a listagem dos barcos permissionados para a pesca de lagostas está sendo consolidada e que o tamanho da frota vai ser discutido no âmbito do CGSL.



O representante da CNP, Abraão Lincoln, sugeriu e foi aceito pelo grupo, que fosse discutida a colocação da frota de barcos abaixo de 15 metros dentro do programa de rastreamento, possivelmente por meio de um subsídio. Segundo entende, inclusive, que ajudaria na questão da segurança.

O representante da CGFIS/DIPRO, Geraldo Magela, lembrou a importância do envolvimento do Centro de Sensoriamento Remoto – CSR/IBAMA, do SISPECA (convênio com a UNIVALI) e da Marinha no programa de rastreamento.

O representante do Ministério da Defesa - Marinha do Brasil, Carlos Frederico Serafim, explicou os sistemas de segurança no mar (Controle Naval) lembrando do alarme aéreo.

O representante da SEAP/PR, Francisco Machado, comentou que a pesca da lagosta acontece no rumo inverso ao das pescarias mundiais. Não há a centralização e o desenvolvimento tecnológico da pescaria. Com a lagosta é diferente, pois a tendência da frota é ser praticamente artesanal. A lagosta viva ainda é uma alternativa inviável ao nosso setor. Deve-se buscar alternativas, mesmo sabendo que estas não são fáceis, principalmente, por que o setor não tem capacidade de auto financiamento para incorporar tecnologias que aumentem o retorno financeiro e garantam a sustentabilidade do recurso. Por fim, destacou que alguns dos instrumentos propostos podem não ser utilizados neste momento para a lagosta, mas outros, como por exemplo, o mapa de bordo será fundamental.

Sobre a pesca em águas rasas representante do CONEPE, Eloy de Sousa, estima que o impacto deva ser grande, uma vez que a maioria dos pescadores não quer embarcar nas grandes embarcações, pois é na pequena embarcação que se tem direito ao seguro desemprego no período de defeso.

Ainda sobre o monitoramento, o representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha, colocou que a responsabilidade do preenchimento do Mapa de Bordo é do mestre mas a entrega é do armador. Portanto é uma co-responsabilidade.

#### **7 - Treinamento e informação de usuários do recurso lagosta – DIFAP e SEAP/PR.**

O representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha, informou que a Secretaria está lançando um programa de extensão pesqueira e conforme discutido em plenária, a capacitação deverá:

- ser de responsabilidade da SEAP/PR e do Ministério do Trabalho;
- tratar de tecnologia de pesca e educação ambiental;
- ter parceria com o SENAR e as ONGs;
- ser realizado durante o período de defeso;
- atender aos pescadores de barcos permissionados e não permissionados, principalmente àqueles que querem sair da atividade de pesca da lagosta; e,
- estimular a redução do esforço de pesca.

O representante da CNP, Abraão Lincoln, colocou com relação a este tópico, que estava com saudades da Marinha e do GESPE, porque na época daquele Grupo existia um programa de qualificação. Salientou que o Programa Pescando Letras desenvolvido pela SEAP/PR não vai decolar pois não atinge o pescador. Segundo o representante da CNP, o pescador para ficar na terra tem que receber ajuda mensal, quem sabe com recursos do FAT. Salientou, ainda, que a parceria com as Prefeituras não tem dado certo porque as Prefeituras estão falidas e finalizou dizendo que a qualificação é importantíssima mas que a política que está sendo implementada é inadequada.

#### **8 - Acordo Brasil/ EUA (NOAA) para fiscalização nos portos americanos - DIPRO.**



Segundo foi informado pelo representante da CGFIS/DIPRO, Arty Coelho, a proposta do governo americano de incorporar as leis brasileiras às exigências de importação dos Estados Unidos está sendo discutida entre o Ibama e o Itamaraty (Divisão de Meio Ambiente), sendo da Embaixada Brasileira nos EUA a responsável pelo contato com o NOAA.

#### **9 -Ações de estímulo ao uso de petrechos permitidos e diminuição/relocação do esforço - SEAP/PR**

O representante da CNP, Abraão Lincoln, fez uso da palavra declarando que faltam ações para incentivar o uso de petrechos permitidos, principalmente porque existem recursos no PRONAF para tal finalidade. Destacou ainda que a fiscalização do IBAMA deve cobrar a permissão de pesca.

Reiterando o disposto anteriormente, a SEAP/PR informou que com a manutenção da caçoeira foi entendido que esta atividade não seria mais necessária. Complementou, porém, que no segundo edital do PROFROTA a questão da substituição do compressor e da rede de caçoeira pode ser tratada. Sugere, ainda, que a educação ambiental trate o tema.

Foi sugerido que este tema voltasse a ser discutido na próxima reunião.

#### **10 -Acordo de cooperação IBAMA e MAPA para controle do tamanho mínimo - DIPRO.**

O representante da CGFIS/DIPRO, Geraldo Magela, informou que em reunião ocorrida entre DIFAP, CASEX, DIPRO e representante do MAPA, foi proposta uma minuta de portaria interministerial, que permita a integração da fiscalização do IBAMA com o MAPA. Completou que a Receita Federal deveria, também, ser envolvida no processo.

Os representantes do setor produtivo questionaram quanto à credibilidade dos fiscais do MAPA e o representante da DIFAP/CGREP, José Dias, reforçou que o objetivo deste acordo é facilitar a entrada do IBAMA nas empresas de pesca e no transporte interestadual para “retirar as maçãs podres” e que a vistoria deve ser única.

#### **11 – Encaminhamentos para elaboração do Plano de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas - DIFAP.**

O representante da DIFAP/CGREP, José Dias, informou que a DIFAP está ultimando a preparação de proposta do Plano e que sua análise deverá ser o principal ponto de pauta da próxima reunião do CGSL.

#### **12 – Relato sobre a utilização de recursos financeiros repassados ao IBAMA pela SEAP/PR para a fiscalização da pesca – DIFAP/DIPRO.**

O representante da DIFAP/CGREP, José Dias, informou que o Diretor da DIFAP encaminhou expediente à Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF, à Diretoria de Gestão Estratégica – DIGET e à DIPRO solicitando informações sobre os repasses da SEAP/PR ao IBAMA e, segundo as respostas obtidas, em 02 de outubro de 2003, foram repassados R\$ 970.000,00; em 31 de dezembro de 2004, R\$ 951.956,00 e quanto ao exercício de 2005 ainda não houve repasse.

Continuando, enfatizou que esses repasses chagam com prazo exíguo para empenho e portanto não foram aplicados diretamente na fiscalização da pesca. Informou que em reunião com a SEAP-PR foi definido que o repasse seria trimestral ao longo do ano. E, além disso, que o IBAMA necessita resolver um problema de fonte de recurso, pois quando chega o financeiro sem ter orçamento dificulta seu uso.



A periodicidade dos repasses foi confirmada pelo representante da SEAP/PR, Francisco Machado, que confirmou o encaminhamento de elaborar um documento recomendando que o repasse seja trimestral. Lembrou que faltou a disponibilidade de uma rubrica que permitiria o repasse no corrente ano.

Foi lembrado que, a cobrança dos repasses de verbas para a fiscalização é uma tarefa que deverá ser desempenhada pelo Subcomitê de Cumprimento. O IBAMA deverá complementar os recursos que faltarem ao trabalho da fiscalização e o orçamento será definido no Plano Nacional de Fiscalização.

#### **IV – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:**

##### **1 - Proposta de Acordo de Pesca de Canavieiras/BA – regras para a pesca de lagostas - DIFAP.**

Foi apresentada uma proposta de Acordo de Pesca para o município de Canavieiras/BA estabelecendo medidas de gestão do uso dos recursos pesqueiros para as várias áreas do município. E, dentre as medidas propostas destaca-se a que pretende restringir a pesca de qualquer recurso, inclusive, a lagosta, até 8 milhas da costa.

O representante do TERRAMAR, Jefferson de Souza, apresentou posição favorável a proposta por ser uma nova possibilidade de gestão não envolvendo uma unidade de conservação. Entretanto, acredita que deveria ser melhor discutida, pois envolve alguns questionamentos de como seria a restrição aos pescadores que não sejam da área. Aproveitando a oportunidade para divulgar o Seminário Internacional sobre Gestão de áreas reservadas que será realizado no período de 24 a 29 de janeiro de 2006.

O representante do MMA, Simão Marrul, concordou sobre a necessidade de buscar novos instrumentos de gestão e destacou que as restrições estabelecidas serão aplicadas a todos e que não existe favorecimento direto e exclusivo a estas comunidades. Além disso, esse acordo de pesca pode funcionar como exportador de biomassa. Aproveitou para sugerir a participação do CEPENE, por meio de sua base no estado e do Núcleo de Educação Ambiental da GEREX/BA.

O representante da SEAP/PR, Francisco Machado, questionou sobre a importância desta área na pesca de lagosta de maneira integral. O senhor José Dias, DIFAP/CGREP, ressaltou que pela lógica o impacto positivo local será maior. Complementando o representante do CEPENE, Antônio Clerton, lembrou regiões como Santa Cruz de Cabrália/BA que possui empresas lagosteiras e que existe o conflito com a pesca artesanal e a proteção das tartarugas dos berçários.

O representante das GEREX' s, Raimundo Bonfim, vislumbrou o sucesso desta proposta, destacando a experiência do Ceará sobre o código de convivência existente em algumas comunidades pesqueiras do estado.

Considerando as colocações de todos, o representante da DIFAP/CGREP, José Dias, concluiu que o Comitê aprovaria a proposta, observando as sugestões de acompanhamento do CEPENE e do Núcleo de Educação Ambiental, recomendando a necessidade de acompanhamento de sua execução.

##### **2 – Proposta do Grupo de Gestão de Lagostas - GEGLAG/CE de antecipação emergencial do defeso da lagosta para 01/12/05 a 30/04/2006 – Representante GEREX' s.**

Este tópico teve início com a apresentação dos dados da frota pesqueira do Ceará pelo representante das GEREX' s no CGSL e Gerente Executivo do IBAMA no estado, Raimundo Bonfim, que defendeu o aumento do período de defeso especificamente para o seu estado face ao colapso da pesca e o impacto da





falta de lagosta para as comunidades pesqueiras, como forma de pactuar novos acordos. Destacou, ainda, que esta proposta era para garantir o seguro defeso para os pescadores e que a defendia por ser uma demanda da classe (comunidade) que o colocou no cargo que atualmente ocupa. Além disso, destacou que caso não fosse esta a melhor solução que se propusessem outras e que teria que explicar os óbices às comunidades do Ceará.

O representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha, afirmou que a proposta do GEGLAC/CE possui impedimentos, pois conforme o Decreto N.º 10.779/03 o defeso se destina exclusivamente para a proteção da espécie.

Por sua vez, o representante do CONEPE, Eloy de Sousa, lembrou que a lagosta tem ciclo de vida longo, reproduz após 3 anos e meio e sugeriu que o defeso fosse de janeiro a abril do ano seguinte.

O representante da DIFAP/CGREP, José Dias, ponderou que essa questão deveria ser melhor discutida face a sua dificuldade de implementação, pois medidas isoladas não devem ser tomadas considerando que a pesca é regional.

Por fim, o representante das GEREX' s, Raimundo Bonfim, retirou a proposta informando que esta questão poderia ser tratada diretamente com a Ministra do Meio Ambiente e o Ministro da Integração Nacional.

O representante da DIFAP/CGREP e Coordenador Substituto do CGSL, José Dias, salientou que cabe ao Comitê avaliar e propor as medidas de gestão não devendo ser remetida por outras vias.

## **V - DEMAIS ASSUNTOS**

Foi aprofundada a discussão sobre os subsídios da pesca, PROFROTA, seguro defeso e a entrada de novas embarcações para recursos tão sobreexplorados como a lagosta. Foi questionado se este recurso não deveria ser aplicado na fiscalização da pesca, ampliação da capacidade estrutural da fiscalização e opções de recursos pesqueiros alternativos (peixes).

Além disso, foi identificada a necessidade da realização das seguintes atividades:

1. ao SCCL: avaliação do impacto da pesca acima e abaixo da isóbata de 30 metros;
2. à SEAP/PR: verificação da permissão de construção de 12 embarcações em Acaraú/CE;
3. a secretaria executiva do CGSL e do SCCL deverão se reunir para adequar calendário e cronograma de ações.

## **VI - ENCERRAMENTO**

A reunião foi encerrada com a perspectiva da 4ª Reunião Ordinária ocorrer no período de março a abril de 2006.

Aproveitando o encerramento, o representante da CNP, Abraão Lincoln, solicitou que a próxima reunião fosse realizada em um estado produtor de lagosta, para que as pessoas diretamente ligadas a pescaria das espécies entendessem os objetivos e funcionamento do CGSL.

A proposta acima referida ficou para ser analisada pela Coordenação do CGSL.



## ANEXO I

### LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincoln	CNP	(84) 211-8124	
Alvamar Costa de Queiroz	GEREX/RN/IBAMA	(84) 3201-5840 (84) 9987-2878	alvamar.queiroz@ibama.gov.br gerex.rn@ibama.gov.br
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Aristides Salgado G. Neto	IBAMA/CGFIS	(61) 3316-1279/1280	gnetoas@yahoo.com.br
Arty Coelho de Souza Fleck	DIPRO/CGFIS	(61) 3316-1279/1280	Arty.fleck@ibama.gov.br
Carlos Frederico S. Serafim	MB/SECIRM	(61) 3429-1323	Serafim@secirm.mar.mil.br
Cláudia Zagaglia	IBAMA/DIPRO	(61) 3316-1658	Kkzagaglia@hotmail.com
Clemeson Jose Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1202	clemeson.silva@ibama.gov.br
Daniel H. G. S. de L. B. Cabral	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	daniel.cabral@ibama.gov.br
Ediniz Nunes Filho	CPP/NE	(81) 3431-1417 (81) 3432 0879	Cppne@motm.al.com
Edson Lima Ferreira	DIPRO/CGFIS	(61) 3316-1092	edson.ferreira@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	sinppa@ig.com.br
Elisa Maria Graduohl Bezerra	CONEPE/Indústria	(61) 328-8147 / (85)3455-1818	elisa@inace.com.br
Eloy de Sousa Araújo	CONEPE/Armadores	(61) 328-8147 / (85)3264-1778	yolareajujo@hotmail.com.br



**ATA DA REUNIÃO**  
**3ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL**

Francisco Machado Filho	DICAP/SEAP/PR	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Geraldo Magela de Figueiredo	DIPRO/CGFIS	(61) 3316-1092	geraldo.figueiredo@ibama.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
Jefferson Souza da Silva	TERRAMAR	(85) 3226-2476/4154 (85) 9925-8965	Jefferson@terramar.org.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA	(91) 207-0944 / 9617-2270	
Raimundo Bonfim Braga	GEREX/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
Raimundo Felix Rocha	MONAPE	(91) 3230-5551 (85) 3263-4914	monape@amazon.com.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	romulo.mello@ibama.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	SEAP/PR/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Simão Marrul Filho	MMA	(61) 4009-9556	Simao.filho@mma.gov.br
Ugo Eichler Vercillo	COPES/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1231	ugo.vercillo@ibama.gov.br

**ANEXO II**



**COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS**

**3ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL**

**Período:** 26 e 27 de outubro de 2005.

**Local:** Brasília/DF – ED. SEDE/IBAMA

Data	PROPOSTA DE AGENDA
	I – ABERTURA. II – APROVAÇÃO DA AGENDA. III – INFORMES E DELIBERAÇÕES ADMINISTRATIVAS:



26/10/05	<p>1– Comunicação da designação do secretário executivo</p> <p>2 - Relato dos trabalhos dos Grupos de Gestão dos Estados.</p> <p>3 - 1ª. Reunião do Subcomitê Científico – Assuntos Debatidos:</p> <p>a) Implantar como área piloto, uma unidade de conservação marinha de uso sustentável;</p> <p>b) definir o esforço suportável para o recurso lagosta, no estado atual (número de embarcações);</p> <p>c) unificar os tamanhos mínimos das lagostas;</p> <p>d) as questões técnicas e ambientais referentes a não utilização da rede de caçoeira; e,</p> <p>e) implicações da captura de peixes ornamentais marinhos e/ou estuarinos com o uso de mergulho sobre a pesca de lagostas.</p> <p>4 - Ações de estímulo ao uso de petrechos permitidos - SEAP/PR.</p> <p>5 - Plano Nacional de Fiscalização – DIPRO.</p> <p>6 - Capacitação dos órgãos parceiros para fiscalização - DIPRO/DIFAP.</p> <p>7 - Controle e monitoramento da frota – DIFAP/DIPRO.</p>
27/10/05	<p>8 - Treinamento e informação de usuários do recurso lagosta.</p> <p>9 - Acordo Brasil/ EUA (NOAA) para fiscalização nos portos americanos - DIPRO.</p> <p>10 - Acordo de cooperação IBAMA e MAPA para controle do tamanho mínimo.</p> <p>11 – Encaminhamentos para elaboração do Plano Nacional de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta.</p> <p>12 – Relato sobre a utilização de recursos financeiros repassados ao IBAMA pela SEAP/PR para a fiscalização da pesca.</p> <p>IV – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:</p> <p>1 - Proposta de Acordo de Pesca de Canavieiras/BA – regras para a pesca de lagosta.</p> <p>2 – Proposta do GEGLAG/CE de antecipação emergencial do defeso da lagosta para 1º/11/05 a 30/04/2006.</p>